



# Anais da Assembléia

143

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XXI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 126.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 1986  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Gabriel Manoel.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Anibal Khury, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (36). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Quielse Crisóstomo, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Dirceu Manfrinato, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 276/86, que dispõe sobre os dispositivos da Lei n. 7.297, de 08.01.80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), para que o mesmo venha a ser apreciado pela Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja marcada a data de 18 de dezembro do ano em curso, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido por este Poder ao Doutor RUTILDO PULIDO, em sessão solene com início às 10:30 horas.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) ERVIN BONKOSKI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando providências urgentes para a criação de ensino de 2.<sup>o</sup> grau em SULINA, Distrito de Chopinzinho, em vias de ser desmembrado, transformando-se em município.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

De acordo com a opção da comunidade, ouvida em plebiscito e conforme Projeto de Lei já aprovado em Redação Final nesta Casa, o Distrito de SULINA está prestes a emancipar-se como município, sendo necessário e justo que se pense, desde logo, em dar-lhe infra-estrutura, essencialmente no campo da educação, para que possa desenvolver-se e progredir, alinhando-se ao lado dos demais municípios da região sudoeste.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de aplauso e apoio aos pronunciamentos recentemente efetuados pelos Excelentíssimos Senhores João Elísio

Ferraz de Campos, atual Governador do Estado e Senador Álvaro Dias, futuro Governador do Estado, em que é assumida uma postura propugnando mudanças no perfil econômico do Estado, e visando sua transmutação para uma economia mais industrializada, exigindo, ainda, a formulação de uma política agrícola que venha a atender às reais necessidades do País.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja efetuada a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do Editorial publicado na data de 01 de dezembro próximo passado, no Jornal "Gazeta do Povo", com o título "Ruralização Empobrecedora do Paraná", em que é procedida uma análise da atual situação econômica deste Estado, com uma visão abrangente e cristalina do problema.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, da nota divulgada pela Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro, intitulada "Um Pacote Inaceitável".

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme nota em anexo.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 280/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada a PR-090, no trecho compreendido entre as cidades de Sertãoópolis e Bela Vista do Paraíso, de "RODOVIA JOSÉ MANOEL ALMEIDA".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Prende-se o presente Plano de Lei ao fato de o Senhor José Manoel Almeida ter sido um dos autênticos pioneiros daquela região do Norte do Paraná. Chegou em 1926, ao município de Sertãoópolis, onde iniciou

o trabalho de abertura da estrada em questão, efetuando as primeiras picadas que hoje constituem o seu leito natural.

Por volta de 1927, estabeleceu-se definitivamente no local denominado Água do Cerne, onde até hoje residem seus familiares que preservam e conservam a propriedade agrícola adquirida pelo pioneiro.

Até março de 1943, quando faleceu, José Manoel Almeida foi inspetor do bairro Água do Cerne, e como tal, sempre conservou a estrada que liga Sertãoópolis a Bela Vista do Paraíso, preocupado, já à época, com o escoamento dos produtos agrícolas daquela fértil região do nosso Estado.

Desta forma, nada mais justo rendermos àquele pioneiro a nossa homenagem, denominando a Rodovia que ele mesmo iniciou, com o seu nome.

##### PROJETO DE LEI N. 281/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Os órgãos e entidades componentes da Administração Estadual Direta e Indireta, bem como as Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado ficam proibidos de manter unidades orgânicas de indústrias e departamentos gráficos.

Art. 2.º - Ficam excluídas da proibição de que trata o art. 1.º, a aquisição e a utilização dos seguintes equipamentos:

- I - máquinas copiadoras de pequeno porte;
- II - mimeógrafos;
- III - gravadores eletrônicos de estêncil;
- IV - guilhotinas manuais;
- V - grampeadeiras manuais; e
- VI - equipamentos assemelhados de pequeno porte.

Art. 3.º - Os órgãos, entidades ou fundações referidas no art. 1.º que, à data da publicação da presente lei, possuam unidades orgânicas de indústrias e departamentos gráficos promoverão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a respectiva desativação, bem como a destinação dos seus equipamentos e pessoal, respeitadas as prescrições legais sobre o assunto.

Art. 4.º - Os servidores das unidades desativadas, na forma do disposto no art. 3.º, que não sejam absorvidos pelos órgãos, entidades ou fundações de origem, serão redistribuídos no serviço público estadual, respeitando o regime jurídico de cada um, mediante ato da autoridade competente.

§ 1.º - Será criada para cada unidade desativada uma comissão constituída por um representante dos órgãos, entidades ou

fundações do Serviço Público Estadual, um representante dos Servidores dos Setores Gráficos desativados, um representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado do Paraná e um representante da Associação Paranaense das Indústrias Gráficas.

§ 2º - As atribuições dessa Comissão serão, o estudo e relocação dos Servidores Técnicos das unidades desativadas.

Art. 5º - As disposições da presente lei não se aplicam ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado no que tange à impressão dos Diários Oficiais e ao Setor Gráfico do Poder Legislativo Estadual na impressão de avulsos, e trabalhos relacionados às atividades parlamentares.

Art. 6º - O não cumprimento do disposto na presente lei, sujeitará o responsável à pena de demissão, sem direito a qualquer indenização.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.86.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

É muito clara em nossa Carta Política, a opção do Brasil em prestigiar, no campo econômico, a iniciativa privada (art. 160, I e art. 170, caput, da Constituição Federal). A intervenção do Estado na atividade econômica só deverá ocorrer em caráter suplementar, na medida em que seja inviável à iniciativa privada, organizá-la e explorá-la (§ 1º do art. 170, da Carta Magna).

Pública e notória, porém, é a contradição da realidade dos fatos com o texto constitucional. O dirigismo da economia e a estatização de grande parte das atividades econômicas nacionais vêm sendo a tônica governamental nos últimos tempos, a ponto de constituir motivo de constante preocupação tanto do setor público quanto do setor privado.

O mais grave é que o Estado tem-se revelado péssimo empresário. Assim, além de interferir onde não lhe compete, o faz de modo catastrófico.

Dentre os setores que mais se ressentem dessa maléfica e indevida interferência está o das artes gráficas. É sobejamente conhecida a capacidade de nosso parque industrial gráfico. Isto não obstante, o Poder Público, através de seus órgãos e entidades e das fundações, tem, inexplicavelmente, feito multiplicar as unidades de artes gráficas no serviço público.

Ora, além da transgressão da ordem constitucional, a aludida prática é totalmente contrária ao interesse público, pois

a prestação de serviços gráficos por parte das entidades públicas não traz qualquer benefício à coletividade. Ao contrário, é danosa ao contribuinte, pois, os custos de referida atividade para o Estado, são surpreendentemente superiores aos gastos que se teria para a contratação dos serviços diretamente com a iniciativa privada.

Já em 1982, esse caótico estado de coisas era reconhecido pelo Poder Executivo quando baixou o Decreto n. 86.873, de 26 de janeiro de 1982, proibindo "a criação de unidades orgânicas de artes gráficas na Administração Federal Direta e Indireta, bem como nas fundações instituídas ou mantidas pelo União". A ordem foi simplesmente ignorada, pois, as unidades gráficas continuam a proliferar no serviço público.

Faz-se mister dar um basta a essa fonte de déficits constituída pelo desperdício do dinheiro público e das energias da administração numa atividade que, sabidamente, independe da ingerência do Poder Público para se manter. Ao contrário, dela deve prescindir para poder crescer segundo o potencial de trabalho encontrável em nosso País.

A opinião pública está consciente dessa realidade e outra não pode ser a conclusão, tanto que, em recente painel sobre a indústria gráfica, promovido pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, formou-se um consenso entre seus membros de que urge uma intervenção estatal no setor, mas, agora, no sentido inverso: desestabilizá-lo de vez.

Neste sentido é o presente Projeto de Lei.

No Paraná, pelo Decreto n. 4808, de 11 de fevereiro de 1982, foi vedada a criação de novas unidades gráficas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado. Da mesma forma, o Decreto aprovado impõe condições para a ampliação das gráficas existentes, bem como, para a renovação de equipamentos.

Importante destacar, que mais de 90% do parque industrial gráfico do Paraná (cerca de setecentas unidades) são pequenas e médias empresas. A desestatização aqui proposta configura uma geração de impostos - ICM, IPI e ISS - que reverte em benefício da população do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, está inscrito o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, a quem concedo a palavra.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, esta Casa ouviu do ilustre Deputado Antônio Belinati, Líder do PDT,

pronunciamento reduzido, superficial, em que justificava uma posição de repúdio ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, à equipe econômica do Governo Federal, sem penetrar como devia na análise do tema do seu pronunciamento.

Nós não pudemos, na sessão de ontem, comentar a impropriedade, não só da posição de Sua Excelência, embora eu a respeite, de repudiar o Presidente da República, pelo plano de estabilização econômica, implantado a partir dos primeiros dias de março. Respeito a posição de Sua Excelência, mas, eu acho, Sr. Presidente, Senhores Deputados, não pode ter nos Anais, apenas e exclusivamente no trato da problemática econômica do País, com as palavras superficiais ouvidas ontem.

É preciso que alguém instituído na responsabilidade de representante do povo, neste Poder, pudesse, quem sabe, analisar com mais profundidade a problemática econômica deste País, o plano de estabilização econômica proposto pelo Governo Federal, e as alterações subsequentes ocorridas em julho e agora em novembro.

Propus-me a isto, quem sabe até no sentido de estimular os Srs. Deputados que, com mais capacidade do que eu, pudessem se aprofundar na análise deste grave problema brasileiro. Reputo por sinal, o mais grave problema brasileiro. É a procura acentuada da estabilização econômica que o País precisa para não caminhar por caminhos de uma revolta social sem precedentes.

Mas, eu desejaria inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar bem claro que, somos contra naturalmente a proposição de repúdio apresentada nesta Casa, ontem. De modo informal, somos favorável, no entanto, a um plano de estabilização econômica como o que foi estabelecido para este País, onde vejo aspectos altamente positivos, mas, onde vejo e o faço com total tranqüilidade, aspectos que me levam a posicionar-me de forma bastante restritiva, porque são aspectos negativos.

Antes de continuar a minha análise, Sr. Presidente, eu queria deixar aqui uma observação, mais deixo de fazê-la porque terminou o meu tempo no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a Vossa Excelência se quer continuar falando no Grande Expediente porque não há mais Senhores Deputados inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu havia solicitado, inclusive, a minha inscrição para falar no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então,

concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço e retomo a linha de raciocínio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que a Economia não é Física. As Ciências Sociais têm um comportamento completamente diferente das Ciências da Matéria; os átomos e moléculas da Física podem até ter movimento, mas eles não pensam, e as leis da Física são leis perfeitamente estabelecidas e imutáveis. Os átomos e moléculas da Economia - e Economia é uma Ciência Social - são pessoas, pessoas que pensam, que agem, que se movimentam, que se agrupam, que se estratificam, se agrupam na multiplicidade de grupos sociais, que a sociedade tem, estratificam uma série de classes sociais, cada uma das pessoas, cada um dos grupos, cada uma das classes sociais com os seus interesses próprios, e por isso a Economia não tem leis imutáveis, as leis têm que se adequar a uma dada conjuntura, e quando se fala em conjuntura nós não podemos perder de vista a questão espacial, o espaço onde o fenômeno econômico ocorre e a questão do tempo, isto quer dizer quando o fenômeno econômico ocorre.

Então, são duas premissas que eu coloco. O problema econômico é um problema de extrema complexidade e, por outro lado, a minha posição pessoal é uma posição favorável ao Plano Econômico com restrições, e eu vou procurar aflorar no decorrer do meu pronunciamento.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte, Senhor Deputado?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu gostaria de continuar o meu pronunciamento e depois terei muita honra de ouvir o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel - Encantado, Deputado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Em primeiro lugar, nós temos que nos voltar à situação que o atual Governo herdou dos governos ditatoriais.

O Sr. Gabriel Manoel - O atual Presidente fazia parte do Governo ditatorial de Paulo Malluf, de João Figueiredo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu não concedi o aparte a Vossa Excelência, mas aceito a observação anti-regimental de Vossa Excelência. Eu não estou aqui analisando as pessoas, estou aqui analisando o Plano, e concordo na observação que Vossa

Excelência acaba de fazer. É publica e notória.

Mas dizia eu, Senhor Presidente, que havia uma situação de total instabilidade econômica-social neste País, no início deste ano. Havia necessidade de ousar, de propor medidas drásticas, amargas, extraordinariamente amargas para que nós pudessemos alcançar um certo grau de estabilidade econômica e evitar o caos social.

Não vamos aqui retratar e cansar os Senhores Deputados com parâmetros os mais diversos que retratavam aquela situação aflitiva, não só no campo interno como também no campo externo da Economia brasileira. Não vamos aqui mostrar parâmetros que apontavam o elevado grau de desemprego, o ínfimo poder aquisitivo da unidade monetária - o cruzeiro -, o subconsumo acentuado principalmente nas camadas mais sofridas da população que não tinha atendido sequer às necessidades mais fundamentais da pessoa humana, que não dava sequer para atender as suas necessidades de alimentação. Havia necessidade de ousar.

O PMDB, inclusive naquela época, - e quando falo aqui no PMDB não digo no PMDB como frente, falo num segmento do PMDB, pressionado ao Governo Federal, ameaçando até desligar-se do Governo, porque urgência para o País a tomada de medidas, amargas, mas importantes, para a retomada de um processo, inclusive a estabilidade econômica e evitar qualquer problema de convulsão social.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Pediria aos nobres Deputados que aguardassem. Vossas Excelências estão inscritos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - As medidas tomadas naquela época, em fevereiro, os Srs. Deputados têm na lembrança; mas, antes de apenas recordar algumas delas, quero dizer que o Plano Econômico não é em aditamento ao que há pouco me referia, na comparação que fazia entre Economia e Física. O Plano no campo econômico não pode ser um projeto pronto e acabado, é um processo que tem que ir se adaptando às mudanças da conjuntura e isto é evidente; este processo tem, naturalmente, o seu aspecto formal e nós temos críticas extraordinárias do aspecto formal do processo, como podemos ter também, uma análise quanto ao ritmo do processo, a sua velocidade. Nós também achamos aqui, que ele merece muitas restrições. E também podemos anali-

sar o processo quanto à sua abrangência. E aqui nem se fala, faço restrições extraordinárias. O Plano apresentado analisou pequenos aspectos de uma conjuntura global, esquecendo outros aspectos importantíssimos, ainda agora, neste último Plano Cruzado II.

Mas, Sr. Presidente, naquela época, além da mudança do sistema monetário, que tivemos em fins de fevereiro, tivemos o congelamento dos preços, dos bens, a nível de consumidor. Bens de serviços, congelamento dos preços. Tivemos também, o fim da especulação financeira. Ninguém em sã consciência pode criticar o Plano por ter acabado com a especulação financeira.

Diria também, que o Plano, com estas medidas, reduziu a inflação que estava em níveis insuportáveis, caminhando para um índice superior a 15% ao mês, o que impossibilitava qualquer planejamento de qualquer natureza econômica. Estabeleceu-se também, o Plano, a desindexação parcial da economia. E outras medidas que não cabe aqui arrolar, porque desejo estabelecer mais algumas restrições no que se refere, por exemplo, à inexistência de um congelamento dos preços dos bens intermediários e dos bens primários quais sejam: matérias-primas e insumos.

Não foi feito o congelamento de bens de capital necessários para a implantação das atividades econômicas, inclusive trator, insumos agrícolas, não foi feito o congelamento dos preços, portanto, dos bens e serviços intermediários.

Tenho uma crítica, uma restrição também pela forma pela qual os salários foram congelados, porque ao contrário da forma pela qual os preços ao consumidor foram congelados, pelo pico, pelo maior preço ocorrente no dia 28 de fevereiro, os salários foram congelados numa média ocorrente num período de seis meses anteriores, prejudicando, extraordinariamente, aqueles segmentos da classe trabalhadora que tinham o acordo salarial a ser fixado em data próxima à implantação do Plano.

A desindexação parcial da economia, aos índices que controlam a inflação, também merece restrições e as faço sem no entanto, me aprofundar na razão disso, porque eu estou vendo que os Senhores Deputados desejam me apartear, e faltou também - e isso para mim é de uma gravidade extraordinária; são estímulos aos investimentos, porque com a quebra, a diminuição ou até eliminação da especulação financeira, os recursos poupados, não só recursos financeiros, não só na área interna, como até na poupança externa, passaram por falta de estímulo ao setor de investimentos. Para aumentar a produção, eles passaram evidentemente a ser utilizados de forma intensa para atender as necessidades de

consumo.

Ora, se a demanda cresce num sistema capitalista mesmo mitigado em que vivemos, mas é um sistema capitalista, e se a demanda cresce de uma maneira intensa como ocorreu a partir do Plano Cruzado e se inicia "pari-passu" não cresce a oferta de bens, é evidente que fica muito mais difícil manter o congelamento de preços, fenômeno que todos conhecem, porque passa a existir dentro da economia brasileira, o instituto do ágio, que é um sobrepreço que os vendedores passaram a cobrar, premidos de um lado pelo aumento de insumos necessários à produção dos bens que não estavam congelados, mas por outro lado, premido pela facilidade com que o consumidor tinha que adquirir os bens por lhe ter podido aumentar o poder aquisitivo, não só pela retirada da poupança e aplicada no consumo, mas também, pelo aumento do poder aquisitivo da própria moeda.

São vários fatores que se conjugaram trazendo conseqüências extraordinárias que eliminou, inclusive, a capacidade ociosa principalmente do setor industrial que levou a resolver um grave problema que afligiu a população brasileira que era a questão do desemprego. Desapareceu o desemprego. Estamos numa economia que não se vê mais o desempregado pedindo esmola na rua, com cartão de registro de uma associação de desempregados.

Por outro lado, gerou uma competição na procura de trabalhadores e passou a crescer o salário ofertado nesta competição e conseqüentemente, as empresas empregadoras passaram a remunerar melhor os assalariados. E isso, trouxe, por outro lado, um aumento na capacidade de consumo deste mesmo trabalhador.

E vejam bem, isso não se dá numa economia do Paraná na mesma medida que se dá numa economia como a de São Paulo, porque lá é o setor industrial, o setor mais forte do perfil econômico daquele Estado vizinho.

Aqui o contrário, o perfil da economia paranaense é ainda eminentemente agrícola; é o setor da agricultura e da agropecuária que carrega o Estado, já que o setor industrial é diminuto e o setor de comércio e serviços estão voltados mais expressamente para atender o setor primário.

Nós temos ainda que analisar uma outra conseqüência malévola, Sr. Presidente, é com o aumento do consumo interno onde nós tivemos uma conseqüência no balanço comercial extraordinariamente intensa, porque de um lado aumentou a importação dos insumos necessários aos diversos setores da economia brasileira, mas a exportação reduziu-se a níveis ínfimos em valor e quantidade, e com isso, veio diminuir consideravelmente a poupança externa, o superavit

do balanço comercial que hoje, inclusive, está em níveis assustadores porque não podem atender essas reservas cambiais, não podem atender sequer o montante que os credores internacionais impõem a este País para o pagamento do serviço da dívida. E aqui está outra crítica que fazemos, de não ter sido até agora tomada nenhuma medida mais completa com relação à problemática da dívida externa brasileira. Muito embora nós tenhamos conhecimentos que os grupos internacionais credores fixaram juntamente com o Brasil, a data do dia 15 de dezembro, deste ano, para início das negociações, e vejam bem que esta data é de três dias depois da data que foi marcada uma grande mobilização popular contra o Governo e isto vai, naturalmente, trazer conseqüências que nós não queremos nem imaginar.

Mas, em face dessas conseqüências que há pouco me referi, Sr. Presidente, vieram as medidas de julho também amargar, embora parciais e muito limitadas e merecedoras de restrições. Foram medidas ainda tímidas. Criou-se o compulsório sobre os veículos, sobre a gasolina e o álcool criando-se o Fundo Nacional do Desenvolvimento. Essas medidas tímidas não reverteram o processo, não mudaram o comportamento da massa consumidora deste País; a demanda continuava alta; os investimentos no setor produtivo, continuavam baixos e, conseqüentemente, a problemática continuava a afligir, não só os responsáveis pela condução do processo, mas a muitos segmentos da própria sociedade.

Novas medidas deveriam ser tomadas e o foram, agora em novembro, também tímidas, embora mais amargas e atingindo fundamentalmente a classe média, porque esta não tem válvulas de escape como a classe rica e como os Senhores Deputados a conhecem essas medidas visavam, em suma, mudar o comportamento da massa consumidora, reduzir a demanda para dar tempo a que os investimentos sejam feitos para fazer crescer a oferta dos bens.

Houve um descongelamento parcial de preços de alguns bens e serviços de consumo final, como automóveis. Nós, no que se refere a automóvel, temos um comportamento de País rico. Gasolina e álcool, mesmo depois do compulsório houve um crescimento extraordinário no consumo desses dois bens, cerca de 30/40% de aumento nos últimos tempos. E cumpre aqui destacar, Sr. Presidente, a medida tomada ainda ontem pelo Governador do Estado, restringindo o consumo exagerado e com desperdício que se fazia e se faz, tomando medidas para reduzir o consumo destes produtos no Estado, e eu espero que a Comissão Executiva desta Casa, as Lideranças das Bancadas, também tomem uma medida heróica, patriótica, quem

sabe, de reduzir inclusive o uso de automóveis nesta casa, reduzindo o consumo de gasolina e de álcool.

Nós temos que mudar, como nós pessoalmente também temos que mudar, não há necessidade por exemplo de nossos filhos, eu falo em tese, gastarem duzentos quilômetros num dia, rodando de carro por aí.

Faço restrições, Sr. Presidente, nesta área, no que se refere a automóvel como instrumento de trabalho. Eu estou pensando nos vendedores, nos taxistas, que estes tiveram uma medida corretiva, porque o automóvel, se é um bem de conforto, é também um instrumento de trabalho.

Ontem, nós ouvimos aqui críticas pelo aumento de energia elétrica, dizendo que vai atingir o trabalhador, quando, na verdade, o aumento é escalonado; quem gasta pouco como aquele trabalhador que mora na favela, na periferia de Curitiba, não terá aumento, mas aquele que tem piscina aquecida por um sistema de consumo de energia elétrica, este vai pagar mais, para, quem sabe, até compreender a necessidade patriótica de mudança de consumo, de mudanças de comportamento. Os serviços públicos aumentaram também, porque há uma pressão, uma necessidade, - e aqui também vale para a energia elétrica - de mais investimentos, porque se a economia começar a crescer, mas crescendo sempre menos do que o crescimento da demanda, mas se ela começar a crescer no ritmo que está crescendo nos últimos anos, vamos ter falta de energia elétrica, já no ano que vem.

Houve também a mudança no índice de medida da inflação - e aqui cabe-me fazer uma restrição muito severa que, aliás, o Governo, por notícias lidas, ontem, no jornal, já toma medidas para corrigir. Eu vejo que a adoção do índice de medida da inflação calcada numa cesta básica de consumo para o assalariado até cinco salários-mínimos, é muito baixa.

Acredito que deva ser tomada como referência para o índice de medida do processo inflacionário, um piso superior a cinco salários mínimos. Não sei quanto...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - ... esse índice, evidentemente, não precisa ser tão amplo como era antes, até trinta salários mínimos. Mas, caíram no lado oposto: cinco salários mínimos. E aí, eu faço esta restrição, além de que, a cesta básica estabelecida pelo Governo marginalizou aspectos de consumo importantes para a classe trabalhadora. Mas, esses dois aspectos, parece-me que estão sendo corrigidos.

Eu queria, Senhor Presidente, antes de dar aparte ao ilustre Deputado, fazer al-

gumas restrições relativas ao aspecto formal do processo. Condeno o fato de que medidas foram tomadas após o processo eleitoral. Essas medidas tinham que ser tomadas em julho, ou até em fevereiro.

E quero dizer, também, que lamento que as medidas tenham sido tomadas sem um debate amplo com a própria comunidade, com os partidos políticos, com toda a Nação, enfim, porque nós devemos superar a fase em que vivemos por vinte anos neste País, em que as questões eram decididas pelos tecnocratas e lançadas à Nação sem o mínimo debate.

Quero também dizer que, já em fevereiro deveriam ter sido tomadas, quando o Governo criou coragem de tomar algumas medidas, no que se refere à dívida externa. Somos pela moratória negociada, mas, para isso, nós não podemos aceitar as posições negativistas como as que aqui ontem assistimos; posições radicais que estão sendo ameaçadas por organizações sindicais, por partidos políticos, porque nós precisamos dar uma força política para o Governo, para ele poder negociar com altivez, defendendo os interesses nacionais para analisar a estrutura da dívida e também, para analisar o escalonamento do pagamento da dívida e dos próprios serviços dessa mesma dívida. E, eu acredito que a posição mais sábia dos homens de bom senso, que a posição mais patriótica, seja a de dar apoio, não ao Presidente da República mas ao Governo, deixando de lado quanto a sua origem, mas dando o apoio para que o Governo possa ter aquela sustentação política da Nação brasileira, para poder continuar neste processo que visa a estabilização econômica e poder sentar, agora no dia 15 de dezembro, no Clube de Paris, sabendo que a Nação toda está a seu lado para poder fazer a negociação necessária da dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica a Vossa Excelência que está esgotado o seu tempo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. Concedo a palavra à representação do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Usará do horário da Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede desculpas ao Senhor Deputado Erondy Silvério e assegura a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, no



horário do PMDB, por nove minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Plano Cruzado é um Plano voltado para as economias mais industriais. É voltado mais para os Estados do triângulo industrial deste País: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os Estados que têm a estrutura econômica baseados na agropecuária estão sendo esquecidos. E por isso mesmo, quero aqui enaltecer a posição de dois homens públicos do Paraná, que de algum tempo, a esta data, estão tocando neste assunto, e quero me referir, Senhor Presidente, ao Senhor Álvaro Dias, Governador recém-eleito e ao Governador João Elísio Ferraz de Campos, que por sinal, hoje à tarde, dirige uma reunião para apresentar uma série de sugestões ao Governo Federal, lá no parque Castelo Branco. E que todos nós, independente de posição político-partidária devemos, no meu entendimento, apoiar porque só assim o Paraná deixará de ser este Estado que exporta as suas matérias primas e importa produtos acabados e consome com uma renda econômica muito baixa pelo potencial que o Paraná tem. Inclusive, exporta energia elétrica e não a tem suficiente para atender as suas necessidades.

É por isso mesmo, Senhor Presidente, por concordar, que eu me atrevo a apresentar um requerimento que encaminho a Vossa Excelência, de aplauso às posições políticas em favor do Paraná que estão sendo tomadas pelo Senador Álvaro Dias e pelo Governador João Elísio Ferraz de Campos.

Esta Casa deve apoiar as reivindicações destes dois homens públicos, no sentido de formular-se uma política agrícola para este País e para formular também, no que se refere ao Paraná, uma política de industrialização dos bens primários que o Paraná produz, para que o Estado possa sair da situação difícil em que se encontra. E encaminho à Mesa o requerimento.

Por outro lado, Senhor Presidente, quero pedir a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da "Gazeta do Povo", de ontem, sobre o mesmo sentido, sob o título de "A Ruralização Empobrecedora do Paraná". Eu peço a transcrição nos Anais, e quando da discussão desse requerimento, eu peço permissão à Casa para ler, para que todos possam sentir o grave problema pelo qual o Paraná atravessa, naturalmente, possam todos trabalhar no mesmo sentido, para que possamos sair desta situação extraordinariamente difícil, mesmo porque esqueci de observar antes Senhor Presidente, houve no "pacote" de novembro, um aumento das alíquotas do imposto de produção industrial, mas este aumento do imposto não entra no preço dos produtos e por isso

não aumenta o ICM dos Estados, e assim não traz benefício algum à receita pública dos Estados.

Concluo aqui, Senhor Presidente, e gostaria de ter oportunidade de verticalizar mais as minhas idéias, mas quero ouvir os apartes, e por isso cedo a palavra, com muito prazer e honra, ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, e depois ao Deputado Geremias Kirinus.

O Sr. Gabriel Manoel - Depois de um longo e tenebroso inverno, eu agradeço a Vossa Excelência. Perdi o fio da meada, mas diria a Vossa Excelência que ao fazer a apologia de Sócrates fosse nas filas, de manhã, visse no Brasil o que aconteceu, visse, Senhor Deputado, o que está acontecendo em Brasília: todas as camadas sociais, desde os mais humildes estão revoltados com o seu Ministro da Fazenda...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência não me casse a palavra; 130% de inflação estão os pobres pagando. Se deu-me o aparte, dê-me a palavra, porque nós não estamos mais no tempo da ditadura.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu estou...

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência não está em lugar nenhum, Vossa Excelência me permite dizer que defender Funa-ro é a mesma coisa que o PDS defender Delfim Neto. Vossa Excelência não defenda o indefensável!

Veja, Senhor Deputado, as filas dos pobres, que até eu faço parte delas, Vossa Excelência vem, demagogicamente, falar no extra-terrestre, no extra-terreno, e nós estamos com os pés no chão!

Os pobres não são menos pobres...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Pediria a Vossa Excelência que fosse breve para eu poder responder o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel - Serei breve se Vossa Excelência me permitir.

Diria apenas que, Vossa Excelência, um professor de faculdade, vir com esta balela toda, a defender um homem de uma fábrica de brinquedos, que pensa que o Brasil é uma fábrica de brinquedos! Este homem não merece receber o título de cidadão, porque pensa como Vossa Excelência, na hipótese do extra-terrestre, na hipótese do extra-terreno. Vá nas filas, Senhor Deputado, vá, como eu vou de manhã, e veja o pobre sofrendo, veja o amigo sofrendo, Deputado, e depois, no outro-mandato, quando Vossa



Excelência for eleito...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, eu pediria a aplicação do Regimento Interno, porque o aparte tem que ser breve.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Obrigado.

Aqui ninguém fez apologia de ninguém, eu tratei do "Plano Cruzado", Senhor Presidente, de modo que o aparte de Sua Excelência não procede. Prefiro estar na fila, como estou, na compra de bens, do que ver a fila dos famintos que não têm o que comer. O Governo não é meu, o Governo é da Aliança Democrática, da qual fazem parte o PMDB e o PFL, não deturpe as palavras.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Nobre Deputado, inicialmente para parabenizá-lo porque é o primeiro Parlamentar que assume a tribuna. Enquanto o Brasil todo está discutindo o Plano Cruzado, é Vossa Excelência o primeiro Parlamentar que vem a esta Assembleia Legislativa, trazer para esta Casa, o que está se debatendo em toda a Nação.

Quero parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, registrar o meu lamento. Lamento, profundamente, o pouco interesse com que se acompanhou o seu pronunciamento, tanto que eu tive problemas de acompanhá-lo na íntegra, mas o que pude, realmente acompanhar, Vossa Excelência está de parabéns, porque o "pacote", nós já discutimos, "o pacote" do Plano Cruzado I, e dizíamos que este tem que dar certo, tem que ser acertado. Os acertos vieram, posteriormente, talvez numa época imprópria, talvez com os mesmos vícios de origem, que é através de decretos leis. Não se ouve o Parlamento, mas os que estão se levantando contra o Plano Cruzado hoje, nobre Deputado, Vossa Excelência tem razão nisso, não são aqueles que querem corrigir os erros, são exatamente aqueles que estão incomodados com os acertos do "pacote", com os acertos do Plano. Eu pergunto, a quem interessa o desemprego, senão àqueles que costumam especular a mão-de-obra barata, quando o exército dos desempregados é muito grande: é evidente que a mão-de-obra é abundante, é mais fácil conseguir o povo escravo para trabalhar nas suas firmas. A quem interessa a inflação, senão àqueles, justamente que especulava em cima da inflação galopante. A quem interessa enfraquecer, como Vossa Excelência disse, o poder do Presidente da República, enfraquecer o Governo, justamente na véspera em que vai negociar

a dívida externa e que precisaria toda a força. Interessa a alguns poucos. Mas, é lamentável assistir, que por oportunismo, simplesmente, a esquerda mais radical se alia hoje ao grande capital para fazer frente ao Governo. Isso é lamentável e deve ser dito com todas as palavras, e deve ser denunciado à Nação Brasileira.

Nós, ainda estamos a esperar uma série de acertos para a agricultura. Sabemos que a agricultura está sofrendo com o "pacote econômico". Sabemos que existem erros, mas os que estão contra o Plano Cruzado, são os que estão contra os acertos mas não contra os erros, por isso Vossa Excelência está de parabéns em trazer à Casa esta preocupação e assumir corajosamente a defesa dos acertos do Plano Cruzado, estou com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrado o tempo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - E fazer também as restrições do Plano Cruzado. Eu agradeço, Senhor Presidente.

Pediria um minuto para encerrar. (Concedido)

Nobre Deputado Gernote Kirinus, preocupa-me sobre-maneira, e ontem, após ouvir o que o Deputado Antônio Belinati disse nesta Casa, aliando muito mais do que isso, toda essa movimentação que se pretende fazer neste País, no dia 12, em que partidos políticos, em que sindicatos, estão querendo conduzir este País àquilo que o plano julgou poder salvar. É caos social. Se nós não nos aprofundarmos para corrigir o Plano, esse País não sai desta situação difícil que está. E é neste sentido o meu pronunciamento: Tenho restrições severas quanto ao Plano, mas sou favorável a que o Governo continue debatendo com a comunidade brasileira, como um todo, para encontrar a correção dos desvios do Plano, porque a salvação do Brasil está no Plano de Estabilização Econômica implantado pelo Governo da República, em 28 de fevereiro de 1986, com as correções que a sociedade tem que alcançar.

Era isso que queria dizer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. É preciso muita coragem mesmo. Muita coragem para assomar à tribuna da Casa do Povo e defender essa vergonha que se abateu sobre a Nação, após as eleições de 15 de novembro.

Embora eu justifique até a posição de alguns Deputados do PMDB, que estão pagando a fatura, estão pagando favor. Não disse o Presidente, não disseram os Ministros da Área Econômica, que não se tocaria no congelamento de preços até fevereiro. Falaram antes das eleições, enganaram o povo, que deram ao PMDB a maior votação que um partido já teve neste País. E o que aconteceu depois disso? A traição, a punhalada pelas costas.

O Professor Adhail Sprenger Passos, que eu respeito muito, vem com sua linguagem acadêmica, enrolada, falando em átomos, em moléculas; tangenciou tudo. Em nenhum instante eu o vi falando em entulho autoritário dos decretos leis. Por que ele esqueceu isto? Por que, se a matéria era boa, era pura, era aceitável pelo povo brasileiro, não se levou isto ao debate do Congresso Nacional?

Usar os mesmos métodos da República Velha, dos generais; situação caótica que a Nova República encontrou o País, no dizer do Deputado Adhail Sprenger Passos, foram onze bilhões de dólares em caixa, e um saldo da balança comercial de treze bilhões consumidos na importação de bens supérfluos, nas mordomias, nas viagens, na importação de alimentos, enquanto a nossa agricultura estava abandonada, enquanto o arroz apodrecia lá em Roraima, e lá no Rio Grande do Sul, por falta de transporte e importava-se arroz da Tailândia, que chegou ao Brasil mofado; enquanto confiscava-se bois no pasto para dar a vitória ao maior corrupto deste País, que é o Senhor Orestes Quêrcia; importava-se carne podre do Mercado Comum Europeu, impingindo ao povo brasileiro, o que nem cachorro come.

Olha, é muita coragem é muito peito mesmo! Melhor fazem os Deputado que silenciam contra esta monstruosidade. Consulte-se ao povo. Vem o Deputado Adhail Sprenger Passos do alto de sua cadeira de professor universitário, dizer que o comportamento do povo brasileiro é comportamento de povo de País rico.

Ora, o que é isto, Deputado? Foi a mais formidável transferência de renda que se fez neste País, através de decretos traiçoeiros, feitos à socapa, na calada da noite; transferiu-se seis bilhões de dólares do bolso da população, para cobrir os gastos excessivos do Governo da Nova República.

Dizer que só os capitalistas é que reclamam contra o Plano Cruzado II, como disse o Deputado Gernote Kirinus, é outra heresia. A inflação já está a 130% ao ano; os capitalistas estão morrendo de rir porque voltou a ciranda financeira impulsinada pelo próprio Governo, que liberou as taxas de juros, que vai buscar, no mercado financeiro, dinheiro para cobrir o seu dé-

ficit público, forçando com isto a elevação das taxas de juros.

Diz o Deputado Adhail Sprenger Passos, que a Física é uma matéria que tem suas regras próprias. Economia, não, é circunstância. Existe a economia de mercado que não pode ser mudada através de decretos-leis.

A Capital desta República, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, foi transformada em praça de guerra, pelo sindicalismo apaixonado, com o qual não compactuo. Mas, isto ainda é pouco, para expressar a frustração que se instalou na sociedade brasileira, com o comportamento do seu Governo e de seus políticos.

A geração de expectativas falsas e eleitoreiras, por parte do Governo da república levou o PMDB a maior vitória eleitoral deste País. É ele agora o maior Partido do Ocidente, o que sabemos por experiência, que não significa absolutamente nada.

Pode ser um gigantismo prenunciante de um fracasso; exemplo da antiga ARENA. No respaldo destas eleições, os votos nem bem contados, emite o Governo Federal uma embrulhada de decretos, e decretos-leis, de incrível voracidade fiscal.

E esqueceu, também, o Deputado Adhail Sprenger Passos, na sua ânsia de agradar, de justificar, o "pacotinho" de setembro, o empréstimo compulsório. Quem quebrou o congelamento foi o próprio Governo Federal, pois aquilo nunca foi empréstimo compulsório, mas sim, imposto disfarçado. O maior "conto do vigário" que se aplicou neste País, contra o povo.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Concederei o aparte na continuidade. O meu tempo é curto, nobre Deputado.

Maior que a fome de arrecadar apareceu a disposição evidente de arrochar salários através da fraude na avaliação dos índices do custo de vida. Minimiza o Deputado Adhail Sprenger Passos, e também condena isso, mas o Governo já está vendo um meio de sair dessa. Isso é fraude contra o trabalhador, contra o assalariado. São dois países, o País do Funaro e o País do brasileiro, são dois índices de preços ao consumidor. Isso é fraude contra o povo.

Na prática, consumava-se exatamente o que o Governo Sarney jurava nunca providenciar: a imposição da redução no consumo de bens através da repressão ao poder aquisitivo da gente brasileira. E não sou quem está falando, foi o Deputado Adhail Sprenger Passos, professor universitário, que disse agora com todo aquele elitismo, essas mesmas palavras. Isto aqui era um País de rico, que tinha que reprimir o

consumo mas o próprio Presidente Sarney jurava que não seria através da recessão, não seria através da repressão ao consumo que se fariam modificações no plano inicial.

As próprias classes produtoras esperavam idas que visassem estimular a produtividade, aquecendo a produção em vez de reprimir a demanda. O "embrulho" de novembro transfere para o setor privado, para a receita pública o equivalente a 15 bilhões de dólares, 6% do produto interno bruto.

Qual é a resposta do PMDB nesta? Qual é a resposta do Deputado Gernote Kirinus? do Deputado Adhail Sprenger Passos? Qual é a resposta? São 6% do produto interno bruto tirado do bolso dos brasileiros para cobrir os desmandos administrativos da Nova República, onde um Presidente lota um "boing" presidencial, leva até o cabeleireiro da esposa para ir a São Luiz do Maranhão, unicamente para receber o seu título eleitoral, lota dois "boings" para ir aos Estados Unidos levando cabeleireiro, levando Pelé, levando Xuxa e companhia, com o dinheiro do contribuinte brasileiro. As mordomias continuam, todas as casas do lago estão ocupadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra o tempo, a Mesa ...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, autorizo o Deputado Erondy Silvério a usar o horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente. Continua com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência. Não vou mais comentar, vou me ater ao requerimento.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. O "embrulho" de novembro transfere, como já disse, 6% do produto interno bruto.

Excetuando-se os automóveis, agora um bem tão inacessível quanto à moradia, não resolveu os problemas verdadeiros que existem no mercado, onde vários setores estão desestimulados de produzir mais. E domingo, os jornais publicaram um comunicado com matéria paga dos fabricantes de bebidas dizendo que o aumento foi exclusivamente para o Governo e que não vão produzir mais bebidas.

Quem está com lucro zero não tem interesse em aumentar a sua produção de dez para mil porque vezes zero - e aí o professor que não me deixa mentir - é 0(zero).

Pior do que tudo, o Cruzado II é um soco no queixo da sociedade, recriou, tirou da tumba inflação do medo, é a expecta-

tativa geral da inflação ascendente, pior que a própria inflação. O "pacotão" quebrou a confiança do povo. O trabalhador e a organização sindical sabem que foram traídos.

E aqui nesta Casa, a não ser dois Deputados que telegrafaram ao Funaro e dois que se manifestaram hoje, sabem que o povo foi traído.

Ninguém se conforma com a vigarice política, que foi ganhar as eleições e retribuir com pauladas. O projeto de recuperação econômica do País está fundamentado na credibilidade e na aceitação popular. Elas tinham sido conquistadas com o Plano Cruzado, é inegável, e foram atiradas agora pela janela.

O sindicalismo selvagem sairá às ruas, agora, apoiado pela própria população. Está em risco a retomada democrática da Nação brasileira. Sarney, projeto de estadista. Só projeto de estadista. Aparece novamente em sua tradicional imagem e roupagem de politiquês, ao retardar, por causa das eleições, providências paulatinas e mais sensatas, que poderiam ter sido implementadas no decorrer do ano, amortecendo-se a impopularidade.

Mas não. Ele preferiu colocar primeiro o PMDB no poleiro do Poder, optando por sacrificar a economia nacional, a própria viabilidade do plano de recuperação e da retomada democrática.

E deu no que deu. O brasileiro unido em descontentamento. O País beirando a moratória, porque as medidas estimuladoras de exportações não foram tomadas em tempo. Estamos com os cofres vazios de dólares. Nem "raspando as panelas", conseguiríamos continuar pagando os juros de doze bilhões de dólares anuais da dívida externa.

Moratória? Sabemos todos, significa interiorizar a economia, com maiores sacrifícios para o povo. Produtos dependentes de importações, já desaparecem do mercado, extinguindo milhares de empregos. Mercadorias destinadas à exportação ficam inúteis. Não teremos parceiros comerciais fora da América Latina. As regras do mercado passarão a ser ágio e clandestinidade.

Seria, - pergunto -, o calote internacional o nosso melhor caminho? Pode até vir a ser o único. Quem renegociará em bases reacionais e favoráveis com um País desordenado e revoltado como este, em que nos atiram os mandatários da maldade Nova República?

Estas considerações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, servem para justificar um apelo que aqui manifesto aos integrantes das bancadas do Paraná no Congresso Nacional.

É evidente, dolorosa verdade, que os decretos e os decretos-leis emitidos pelo

Presidente da República tumultuaram a economia nacional. Não foi para sermos governados por decretos que surgiu a Nova República. Muitas das decisões não requeriam imediatismo, nem sigilo, como ocorreu com o Plano Cruzado original.

Poderiam ter sido, democraticamente, debatidas pelo Congresso.

Foi esta instituição insultada pela opção dos decretos. Então, deve ter o brio de reagir à altura, como espera a Nação. O Congresso pode e deve rejeitar as providências de origem espúria, claro, acatando as boas, no que contenham de voracidade fiscal desta medida, de agressões aos interesses do povo brasileiro. Porque é melhor uma inflação alta, mas sincera, que institucionalizar a mentira para roubar o povo.

Enganar, fraudar, nunca foram métodos de Governo. Não tiveram êxito, quando havia a ditadura política dos Generais, das Forças Armadas, não terão também quando se pretende uma ditadura econômica.

Espero que o PMDB, maior partido do Ocidente e onde milita uma grande maioria de homens lúcidos, de homens de bem, quando vi o pronunciamento do Deputado Hêlio Duque, um primor de pronunciamento que contrasta violentamente contra o que falou o professor universitário, nesta Casa, na manhã de hoje.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Deputado, Vossa Excelência não deu o aparte a ninguém quando estava na tribuna.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Que eu saiba, dei a quem o pediu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Então, vejamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa esperança é o PMDB, onde militam homens efetivamente democratas, homens que com muito sacrifício ajudaram na retomada da democracia nesse País, homens a quem a Nação deve efetivamente, um inestimável trabalho e que não podem ficar de cócoras agora, disputando migalhas do poder. Obtiveram um aval, um título em branco do povo brasileiro, não podem trair este mesmo povo. Tem que rejeitar esses decretos espúrios. O PMDB, tem gente capaz, gente competente. Não pode ficar à mercê da decrepitude física do Senhor Presidente Nacional do PMDB um homem que já está de cócoras na frente do Presidente da República.

Um dos homens que não aceitaram esse "pacote" foi Álvaro Dias, que está exigindo da direção Nacional do PMDB uma tomada de posição em favor do povo. Está exigindo uma reunião dos Governadores eleitos para

ali debater, com honestidade, problemas tão sérios para a coletividade não só paranaense como brasileira.

Demonstra mais uma vez Álvaro Dias que, embora sendo um jovem de meia idade, ele tem o descortínio que deveria ter o decrépito Presidente Nacional do PMDB. Está aí, Álvaro Dias honrando a votação extraordinária que recebeu do povo do Paraná. Não aceita medidas como esta com Hêlio Duque, com Santino Furtado, tantos e tantos homens de bem no PMDB que não vão aceitar, eu tenho absoluta certeza.

Espero que o PMDB não tenha assumido compromisso de sustentar o absurdo destas providências como preço da vitória eleitoral. Seria um preço exagerado, um custo de desaparecimento.

Requeiro à Casa, Senhor Presidente, que deste meu pronunciamento se faça chegar às mãos dos componentes da Bancada paranaense no Congresso Nacional, cópia do inteiro teor do meu pronunciamento, para que se possa levantar, de uma vez por todas, a consciência do Congresso Nacional que não pode permanecer de cócoras, que não pode engolir, como engoliu o compulsório de setembro que foi um imposto disfarçado, como não pode engolir medidas que são, acima de tudo, repressivas e cruéis para com o assalariado brasileiro. Mais uma vez a classe média que sustenta este País, vai ser chamada a pagar a conta, uma conta absurda inventada nos porões da "Democracia da Nova República".

Darei aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O horário de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Apenas para o aparte. Foi aberto o mesmo precedente com o orador anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência continua com a palavra, por solicitação da nobre Bancada do PL.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado a Vossa Excelência. Está com o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência honra com dignidade esta Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro de que Vossa Excelência faz parte e vai fazer na programação futura.

Não temos nada a acrescentar, a não ser que homens como Vossa Excelência, com

discernimento e pensamento concreto, Deputado Erondy Silvério, dentro da humildade peculiar do povo paranaense, honram o seu Partido.

Muito obrigado.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, eu queria apenas dizer que Vossa Excelência não entendeu o meu posicionamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu entendi muito bem.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência quando afirma que usei a tribuna para bajular os poderosos, comete uma injustiça extraordinária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu retiro essas expressões porque elas foram realmente cruéis.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Porque a posição de Vossa Excelência é uma posição justamente idêntica à que nós tomamos, favoráveis às nossas lideranças políticas, no sentido de exigir a correção das distorções do Plano Cruzado que desfavorecem o Paraná, e por outro lado, também, uma posição de apoio ao Governo Federal no sentido de dar sustentação política para resolver o grave problema que aflige a Nação brasileira que é o problema da dívida externa. Portanto, a nossa posição vamos dizer assim, não é uma posição centrista, não somos radicais como estamos aí vendo a posição de sindicatos e de partidos políticos que querem a coisa pior possível e também não somos favoráveis a este Plano de Estabilização Econômica, embora o aceitamos. E a posição de Vossa Excelência, é a minha posição. De modo que eu peço a Vossa Excelência que retire de seu pronunciamento essas expressões que me ofenderam, porque na verdade a minha posição é uma posição de crítica ao Plano; é a posição de que o Plano precisa de correções; é uma posição, no sentido de apoio ao povo do Paraná, de todos aqueles que querem dialogar para encontrar a solução para este País, é a minha posição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e Senhor Presidente eu requeiro à Mesa que faça expungir do meu pronunciamento as expressões menos corteses que usei em relação ao professor universitário, digno paranaense Adhail Sprenger Passos. Porque se existe perda de balanço eleitoral das eleições deste ano, para esta Casa é a não reeleição do Deputado Adhail Sprenger Passos,

porque ele sempre foi um homem de atitudes claríssimas neste Legislativo. Foi um homem coerente, um homem que exerceu seu mandato com brilho, com dignidade e, acima de tudo com honestidade pessoal.

Por isso que estranhei hoje, quando ele dava ênfase à defesa das inconseqüências do Governo e baixinho ele dizia, "não concordo com isso, não concordo com aquilo".

Aí também não. Vamos ser positivos, vamos dizer que foi um verdadeiro massacre contra o povo brasileiro. Vossa Excelência, hoje, não encontra bebidas, nem sal, agora com o aumento vai encontrar. Vossa Excelência não encontra leite, não encontra mais nada para comprar. Estamos importando ovos, peru, enfim tudo, neste País. Que leis de mercado, meu nobre Deputado, são imutáveis também: é a lei da oferta e da procura. Esta lei ninguém revoga. Não é o Senhor Funaro, nem o Senhor Sayad. Não é o Senhor Funaro com seu ar messiânico que vai revogar uma lei secular. Uma lei que rege as relações comerciais entre os povos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Justamente neste ponto quero dizer a Vossa Excelência que a lei da oferta e da procura é de fato uma lei irrevogável, mas ela beneficia quem tem o poder econômico. Por que está faltando tudo isso?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pergunto a Vossa Excelência se um humilde produtor rural, um produtor de leite tem o poder econômico? Eu estou falando no varejo. E Vossa Excelência sabe que o problema de gêneros de balcões de supermercados, nos açougues, tem problema no varejo, não estou falando no problema de atacado.

Veja Vossa Excelência que estranho País é este, onde prende-se as pedras e solta-se os cães; onde se autoriza o aumento no preço do caminhão, a cobrança de ágio no preço dos pneus, e no preço das peças e prende-se o frete de quem transporta o leite. Que estranho País é este, onde prende-se as pedras e solta-se os cães. Ninguém vai trabalhar com prejuízo. É preciso que o Governo retome a consciência de que todos os segmentos da sociedade brasileira, tanto faz o Senhor João Manoel, botiquineiro da esquina como o Supermercado Jumbo, têm interesses na comercialização; é o interesse da própria sobrevivência, e isto é uma lei imutável, que não se pode modificar através de decretos, de decretos espúrios, de decretos editados na calada da noite e referendados por um consultor jurídico, que como único mérito é ser "amigo do peito" do Presidente.

Ora, se nós formos aqui enumerar todos

os escândalos da Nova República, os favorecimentos, as agressões à economia brasileira, nós ficaríamos aqui a tarde toda, nobre Deputado.

Se este regime veio para mudar, frustrou o sonho do grande brasileiro Tancredo Neves. Frustrou, aliás, quando mandou-se embora, o Ministro Dornelles, que estava no caminho certo para escolher o Senhor Funaro que era amigo, do amigo do Presidente que é o dono da Sharp. Quando aconteceu isto no País, eu já sabia o que ia acontecer. Não adianta Vossas Excelências tentarem remendar; isto aí como cristal, quebrou; não adianta algodão, entre cristal quebrado. Rompeu-se o equilíbrio financeiro econômico do País e hoje é preciso de muita tranquilidade das autoridades governamentais e do partido de Vossa Excelência que tem homens de bem, patriotas que proveram no passado, habitaram os porões da repressão, foram torturados, mas mantiveram a chama da democracia que está hoje favorecendo toda a Nação brasileira.

Não é possível que venham Deputados com a camisa do PMDB, com a legenda do PMDB defender esta barbaridade, essa exceção que se impõe ao povo brasileiro, dois dias após as eleições de quinze de novembro. Se essas medidas deveriam ser tomadas, se deveria ser feita uma correção de rota no Plano Cruzado I, ela teria que ser gradativa, sem nenhum imbuiste, sem usar o imbuiste do empréstimo compulsório, que não era nada mais, repito, do que um imposto. Eles deveriam ser tomadas a tempo certo, que teriam a compreensão da sociedade brasileira; foi a maior demonstração de solidariedade de um povo ao seu Presidente, milhões e milhões de brasileiros transformaram-se em fiscais do Sarney, com o coração cheio de esperança por esta Nação. Realmente foi uma coisa extraordinária, foi uma epopéia neste País, mas o que é que o Governo da Nova República deu em troca ao povo, acabou com as mordomias, acabou com o empreguismo, continuou jogando o dinheiro do povo brasileiro pela janela, queimando como capim e agora que não tem mais dinheiro, avança no bolso de quem trabalha, não é possível que tenha Deputado eleito pelo povo a defender uma exceção desse tamanho, um absurdo desse, nós não podemos aceitar isso, vindo de quem vem, de um homem decente como Vossa Excelência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, a representação do PCB.

(Pausa)

Ausente, concedo a palavra à representação do PDT.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PDS.

(Declina).

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Apenas para solicitar a minha inscrição amanhã, no Grande Expediente, que pretendo, em face das últimas palavras do Sr. Deputado Erondy Silvério, esclarecer, - porque a minha posição não é a que Sua Excelência acaba de concluir.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência está inscrito para a sessão de amanhã.

Declaro encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 91/86, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Dilson Domingos Funaro. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 176/86, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DO PARANÁ - ACAMOP, com sede e foro na cidade de Cascavel. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 40/85, que acrescenta parágrafo único ao Artigo 58, do Regimento Interno, modificado pela Resolução n. 71/80. (A Assembleia poderá dispensar da Redação Final os projetos aprovados em 3ª Discussão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 99/86, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação com os Municípios e datas adiante mencionados, objetivando promover o fortalecimento do ensino municipal, a fim de propiciar o desenvolvimento de condições com vistas à municipalização do ensino de 1.º Grau. - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 164/86, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADDA, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o imóvel constante no Lote n. 0057, do Quadrante 10, da Quadricula 01, Setor 53, da Quadra n. 12, com 1.500 m<sup>2</sup>, situado na Cidade de Foz do Iguaçu, objeto do Registro R.01/18.392, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 191/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO GRÁFICA SCUSSIATO, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 211/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. JUSTINO ARAÚJO VILELA, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 212/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EUCATUR CASCAVEL COUNTRY CLUB, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 219/86, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ODIR GOMES DA ROCHA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 228/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 127/86), que acresce parágrafo único ao Art. 3.º da Lei n. 7335, de 16.06.80. (Permutar a área de 736,09m<sup>2</sup> que ficou isolada da área global, pela passagem da Rua Francisco Xavier de Almeida Garret, no Município de Campo Largo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 275/86, de autoria do Deputado NELSON BUFARA, que denomina de ELÍSIO PEREIRA ALVES FILHO, a Rodovia que será inaugurada no mês de janeiro, ligando Alexandra a Matinhos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

**EM VOTAÇÃO**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 193/85, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE ASSAÍ, com sede e foro na Cidade de Assaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 265/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IRETAMA, com sede no Município de Iretama e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 144/86, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que altera o nome do Distrito de Nova Esperança, localizado no Município de Enéas Marques, para NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 185/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 103/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cidade Gaúcha, as datas de terras urbanas n. 2 e 3, da Quadra 78, situadas na cidade do mesmo nome e que se encontram registradas sob os números R.3/3.075 e R.3/3.076, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 242/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de utilidade pública a TENDA DE UMBANDA CABOCLO TIRA-TEIMA, nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.



**EM VOTAÇÃO**

1. **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 276/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 154/86), que altera os dispositivos da Lei n. 7297, de 08 de janeiro de 1980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que o mesmo venha a ser apreciado pela Comissão de Finanças. - **Aprovado.**

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n. 276/86.

2. **DISCUSSÃO** - da Proposição n. 152/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, proposta de Emenda Constitucional dando nova redação aos §§ 3.º, 4.º e 5.º, do artigo 41, da Constituição Estadual, conforme especifica. (Os Conselheiros, em número de sete, serão nomeados pelo Governador. Os Auditores do Tribunal de Contas, em número de sete, serão nomeados pelo Governador. A Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas, é constituída de nove Procuradores, nomeados pelo Governador, respectivamente). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. - **Rejeitado.**

**COMISSÃO ESPECIAL DE  
REFORMA À CONSTITUIÇÃO  
PROPOSIÇÃO N. 152/86**

**P A R E C E R:**

O processado em análise contém a proposta de emenda à Constituição, encabeçada pelo nobre Deputado Anibal Khury, que objetiva alterar dispositivos de nossa Constituição.

A proposição modifica os parágrafos 3.º, 4.º e 5.º, do Art. 41, de nossa Carta Magna, que versam sobre a nomeação pelo Governador do Estado, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

A matéria está apresentada e redigida de acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Casa, e vale salientar que a adaptação é conveniente e oportuna.

A medida proposta parece-nos de inteira justiça e desconhecemos qualquer dispositivo constitucional que possa ser ferido, caso venha a ser concretizada.

Assim entendemos, portanto, que a proposição em tela é perfeitamente legal, encontrando-se em condições de ser levada à apreciação do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente

FUAD NACLI - Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando seja marcada a data de 18 de dezembro do corrente ano, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Rutildo Polido. - O requerimento será sobrestado até que se tenha notícia da convocação da Assembléia. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação do Curso de 2.º grau, em Sulina, Distrito de Chopinzinho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia, da nota divulgada pela Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido Comunista Brasileiro, intitulado "Um Pacote Inaceitável". - **Rejeitado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplauso e apoio aos pronunciamentos efetuados pelos Srs. Governador e futuro Governador do Estado, em que é assumida uma postura propugnando mudanças no perfil econômico do Estado. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do editorial publicado no dia 1.º de dezembro do corrente ano, no Jornal "Gazeta do Povo", sobre o título "Ruralização Empobrecedora do Paraná". - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 276/86, referente à Proposta de Alteração do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, oriundo da Mensagem Governamental n. 154/86, de 17 de novembro do corrente ano. - **Prejudicado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei n. 98 e 179/84, 54, 102 e 148/86.

3.º **DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei n. 164, 191, 211, 212, 219, 228 e 275/86.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 193 e 265/85, e 144, 185 e 242/86.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 274/86.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 02.12.86.

#### A RURALIZAÇÃO EMPOBRECEDORA DO PARANÁ

Gazeta do Povo

O primeiro ímpeto foi o de arrasar, deitando por terra a economia industrial da Alemanha. Depois que os Aliados venceram Hitler, houve mudança nesse plano inicial, que visava ruralizar o potencial alemão, jogando-o ao nível dos países mediterrâneos. Só bem depois é que - segundo nos relata Celso Furtado, no seu último livro - se elaborou o Plano Marshall e a partir da idéia central de que uma Alemanha recuperada (inclusive seu parque fabril), teria condições de pagar as indenizações de guerra, além de ser mercado de consumo em expansão. Procurava-se, assim, evitar os erros dos líderes da I Guerra Mundial, que oneraram, tremendamente, a Alemanha vencida, afora o fracasso da República de Weimar e a ascensão no início da década de 1930, de Adolf Hitler.

Na semana anterior, dois líderes do Paraná - Álvaro Dias em Brasília e João Elísio em Curitiba - bateram no mesmo ponto. O governador eleito observou que no elenco das mais recentes medidas econômicas de parte do poder central não houve nenhum gesto em favor da agricultura. Intencionalmente talvez, deixou de fazer referência a esse evidentiíssimo episódio de que as montadoras multinacionais (grandemente fixadas em São Paulo) tiveram aumentos - e aumentos significativos nos carros. Isso significará mais IPI para a União e tributos que irão beneficiar o Estado bandeirante e seus municípios. O Paraná - como o Sul-agrícola, o Centro-Oeste e outras áreas brasileiras - não foi contemplado pelo elenco de decisões do Cruzado II, que atenderá, fundamentalmente, aos interesses da União, já que pretende absorver algo em torno de 4% do PIB...

Continuamos ruralizados. Mas, o governador eleito Álvaro Dias coloca no quadro das recentes medidas uma preterição que decorre, de forma básica, na ausência - tão reclamada, há tanto tempo - de uma política nacional que dê relevo à atividade de geração de bens primários. Embora, hoje, esse setor gere menos ICM que o quadro

terciário (comércio/serviços), temos vocação agrícola, a que se soma uma ordem de produção que responde pelo equilíbrio no mercado nacional, além de contribuírmos para a geração de divisas fortes para o País, com as exportações que realizamos.

Pari passu às ponderações feitas, o governador João Elísio vem trabalhando para que, amanhã, se faça, na EXPOTIBA, um encontro de forças brasileiras das áreas da agricultura e da pecuária, que contaria com a presença do Ministro Íris Rezende, secretários das pastas de produção de seis Estados, afora líderes nacionais e parlamentares vinculados a essas atividades. De certa maneira, há paralelismo positivo de atenções e de esforços diante da nova realidade brasileira e a partir do Cruzado II. Como esclareceu Brasília Araújo Neto, secretário da Agricultura do Paraná, a partir de exposições e debates, agricultores e pecuaristas brasileiros vão posicionar-se, de forma clara e vertical, face ao quadro econômico atual, definindo-se em termos político-econômicos diante da linha de perspectivas futuras.

Criando essas condições, o governador João Elísio repete - agora com relevo nacional - sua conhecida posição de respeito aos interesses da agricultura e da pecuária, que tanto essencializam, ainda, a economia paranaense, embora tratada marcadamente por setores da tecnoburocracia federal.

A convergência de posicionamentos de Álvaro Dias e João Elísio, afinal de contas, defluiu da consciência da importância do setor de trabalhos econômicos primários no Paraná a que se soma, também, a triste e até nefanda verdade de que o país não tem - afora gestos casuísticos e posturas circunstanciais - uma política para a agricultura, da qual somos tão dependentes.

Os acontecimentos mais recentes comprovam que estamos situados, como paranaenses, fora do "triângulo industrial" brasileiro, centro das melhores atenções de um lobby político-administrativo que enfatiza a área econômica secundária, numa preterição que nos vem ruralizando empobrecedoramente a tempo e hora e de maneira quase irreversível. Ainda bem, contudo, que nossos líderes estão sintonizados. Através de suas colocações oportunas, bem tempestivas e de gestos de aglutinação dos quadros empresariais do setor, para o qual convocam, igualmente, as forças políticas que emergiram em 15 de novembro, estão buscando caminhos para que não nos descapitalizemos mais ainda, numa pauperização econômica já assinalada e preocupante em termos de um iminente futuro à frente de todos nós que alimentamos o País.